

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA

**Gislene Alves do Amaral<sup>1</sup>**

UFU/FAEFI – giamaral@terra.com.br

**Gláucia Fernandes Matias<sup>2</sup>**

UFU/FAEFI - glauciafmeduca@yahoo.com.br

**Núbia Rosa Martins<sup>2</sup>**

UFU/FAEFI - nubiaeduca@yahoo.com.br

**Patricia Peixoto dos Santos<sup>2</sup>**

UFU/FAEFI - patriciasantos29@yahoo.com.br

### Resumo

*Este estudo tem como temática central a formação profissional e está delimitado à análise desta no curso de Educação Física. O objetivo geral é relacionar o tema da formação com as questões emergentes hoje no campo da Educação Física, no que diz respeito ao profissional e ao professor, incluindo ainda os aspectos polêmicos resultantes das diretrizes curriculares dessa área. O fator relevante desse estudo é a necessidade de sistematização de informações que possibilitem uma interpretação crítica dos aspectos políticos e dos fundamentos teóricos que orientaram e ainda orientam a formação em Educação Física. Verificamos que a Educação Física está materializada em diferentes práticas, em diversos contextos institucionais, profissionais, acadêmicos podendo, portanto, ser também identificada por variados objetos de conhecimento, que se apresentam como campos em disputa. Nesse sentido, uma vez que se promoveu a fragmentação do próprio campo de atuação, isto se reflete no debate entre Licenciatura e Bacharelado, aspecto que, em última instância diferencia o espaço de intervenção do professor a partir, unicamente das possibilidades do mercado de trabalho. Porém, essa divisão pode anular determinados princípios ligados à idéia defendida hoje de que a formação é algo que se constrói ao longo da vida, não permitindo ao profissional, conhecer e atuar nas duas áreas, ou seja, não ter oportunidades de mobilização e construção de identidade à luz das práticas sociais nelas contidas.*

### Introdução

Este estudo tem como temática central a formação profissional e está delimitado à análise desta no curso de Educação Física. A escolha deste tema relaciona-se ao percurso acadêmico, na Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia - FAEFI/UFU, em virtude do contato com disciplinas e atividades relacionadas à formação profissional, nesse caso a disciplina de Características Profissionais e

---

<sup>1</sup> Professora Mestre da Universidade Federal de Uberlândia no curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação Física – UFU/FAEFI.

<sup>2</sup> Acadêmicas do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia – FAEFI/UFU.

Filosóficas da Educação Física que nos proporcionou a realização de um artigo científico possibilitando aprofundar os conhecimentos sobre o tema abordado. Além disso, o fato de estarmos vivenciando a reformulação curricular e suas implicações no curso de Educação Física.

Inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico sobre o tema e constatamos que já existem alguns estudos e pesquisas sobre o assunto, difundidos em livros e no banco de dados do Ministério de Educação e Cultura. A título de exemplo citamos Taffarel e Santos Júnior (2005), Nóvoa (1997) e Pereira Filho (2005).

O objetivo geral desse estudo é relacionar o tema da formação com as questões emergentes hoje no campo da Educação Física, no que diz respeito ao profissional e ao professor, incluindo ainda os aspectos polêmicos resultantes das diretrizes curriculares dessa área. O fator relevante desse estudo é a necessidade de sistematização de informações que possibilitem uma interpretação crítica dos aspectos políticos e dos fundamentos teóricos que orientaram e ainda orientam a formação em Educação Física.

### **A Formação Profissional**

O processo de formação deve ser entendido como um processo sempre inacabado, em constante movimento de reconversão e a escola reconhecida como um espaço privilegiado de formação profissional.

De acordo com Nóvoa (1997), estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. Além disso, o autor destaca que o contexto histórico atual da formação profissional sofre profundas transformações nas práticas econômicas, políticas, sociais, culturais, entre outras, exigindo a reestruturação da sociedade nos seus mais diferentes setores. Devido ao avanço da ciência e da tecnologia, esse processo de mudanças altera a estrutura do sistema de produção e de contratação bem como, requer também novas exigências profissionais (novos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores).

Além do mais, essas mudanças e a implantação de novas reformas educacionais provocam transformações significativas na escola e influem no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na sala de aula, obrigando o docente a alterar o seu papel. Assim, é necessário um esforço para reconstruir a competência docente, capacitando o mesmo a novos desafios.

Na formação profissional em geral existe separação entre teoria e prática, visto que na formação inicial, há críticas quanto à desvinculação entre os conteúdos da formação e da prática profissional na escola. O mesmo ocorre na formação continuada de professores, onde as propostas de formação são concretizadas por meio de cursos, conferências, seminários, reproduzindo a formação inicial.

Segundo Nóvoa (1997), em ambas as formações profissionais, inicial e continuada, os professores devem aprender a trabalhar coletivamente visando compromisso, participação, cooperação, respeito mútuo e crítica.

Por outro lado, concebendo o saber docente como um processo e não como algo estático, acabado e definitivo, sua renovação precisa estar constantemente penetrando a prática e vice-versa. É através de uma reavaliação crítica da prática docente realizada de forma contínua, coletiva e pelo intercâmbio constante de conhecimentos e práticas que o professorado aperfeiçoa-se no seu trabalho, para estar sempre em renovação de seus conceitos e metodologias de ensino (NÓVOA, 1997).

Porém, os cursos de formação geralmente privilegiam os meios de ensino, ou seja, o "como fazer", e deixam de lado a discussão sobre "para que ensinar". Não se discute questões relativas às finalidades político-sociais da educação e do ensino. Sendo assim, existe uma diminuição da função do professor que se transforma em um técnico, em um mero executor de decisões tomadas por especialistas.

Além disso, incluir momentos de reflexão nos projetos de formação dos professores é essencial, pois não é espontânea e nem exclusiva da própria prática. Também é fundamental nesse processo o referencial teórico que garante na formação inicial, uma proposta curricular que permite ao futuro docente aprender a refletir sobre seu processo de aprendizagem e analisar práticas escolares concretas.

O reconhecimento e a valorização da subjetividade do professor devem ser considerados na sua formação, situado num espaço social e num tempo determinado, considerando-a como resultado da influência de aspectos, como os processos culturais, econômicos, sociais e políticos. No processo de formação é necessário desvelar tais influências para que o professor construa a capacidade de exercer conscientemente suas próprias ações.

É importante destacar que, quando se conhece a importância do domínio de uma área específica de conhecimento, a formação docente deve ter como pressupostos: o caráter político do trabalho docente, a articulação entre teoria e prática, o trabalho coletivo e a consciência do caráter subjetivo e social da docência.

### **Formação de Professores de Educação Física**

A partir do final do século XVIII, não era mais permitido ensinar sem licença ou autorização do Estado, e a função de professor, então legalizada, passou a concebê-lo como um profissional de ensino, e a funcionar como instrumento de controle e de defesa do corpo docente,

na medida em que contribuiu para a delimitação do campo profissional do ensino e para atribuir ao professorado o direito exclusivo de intervenção nessa área.

Segundo Nóvoa (1991) apud Nóvoa (1997) a criação desta licença (autorização) é um momento decisivo do processo de profissionalização da atividade docente, uma vez que facilita a definição de um perfil de competências técnicas, que servirá de base ao recrutamento dos professores e ao delinear de uma carreira docente. Este documento funciona, também, como uma espécie de 'aval' do Estado aos grupos docentes, que adquirem por esta via uma legitimação oficial da sua atividade. As dinâmicas de afirmação profissional e de reconhecimento social dos professores apóiam-se fortemente na consistência deste título, que ilustra o apoio do Estado ao desenvolvimento da profissão docente (e vice-versa).

Na Educação Física brasileira, como foi mencionado acima, somente a partir de 1854 é legalizada sua função e, mesmo assim, só no âmbito escolar, pois no não escolar ainda continuava prevalecendo o exercício profissional daqueles que dedicassem tempo para tal.

Dessa forma, percebe-se que a licença para ensinar Educação Física nas escolas não foi, por si só suficiente para que ela se legitimasse na realidade, pois, além de inexistirem professores em números suficientes, havia também muita resistência contrária da elite dominante que entendia ser a ginástica coisa para homens, já que era típica das instituições militares, e por este motivo proibia suas filhas de freqüentarem as aulas.

De acordo com Inezil Penna Marinho (2005) a primeira turma diplomada por curso oficial, em nível federal, no Brasil, ocorreu em 1929, no Curso Provisório de Educação Física, que funcionava no barracão da Escola de Sargentos da Infantaria do Exército. Para esse curso, além dos militares, professores públicos primários se inscreveram. Foram noventa formados num curso de duração de cinco meses, dos quais apenas vinte eram civis.

A partir de meados do século XIX, observa-se a criação de instituições de formação de professores que passam a produzir e reproduzir o corpo de saberes e do sistema de normas da profissão docente, desenvolvendo um papel crucial na elaboração dos conhecimentos pedagógicos.

Na Educação Física brasileira, com o Decreto-lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939, cria-se na Universidade do Brasil (UB), a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) e, com isso, o primeiro modelo de currículo de formação de profissionais de Educação Física a ser seguido nacionalmente.

Em suma, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos seria um centro de preparação de todas as modalidades de técnicos ora reclamados pela Educação Física, ora pelos desportos. Também funcionaria como um padrão para as demais escolas do País e como um estabelecimento destinado a realizar pesquisas sobre o problema da Educação Física e dos desportos.

Pode-se citar algumas características e pressupostos básicos da formação profissional desenvolvidos numa idéia geral de estrutura curricular, em que as titulações concedidas nos diplomas e seus respectivos tempos de durações previstas propõem que o licenciado em Educação Física se forme em 2 anos, o normalista especializada em Educação Física, o técnico desportivo, o treinador e massagista desportivo e o médico especializado em Educação Física e Desportos em 1 ano.

Conforme Pereira Filho (2005), o currículo se resumia ao cumprimento das disciplinas específicas de cada curso mencionado acima, oriundas de dezessete matérias<sup>3</sup> que tinham, respectivamente, seus professores catedráticos com o direito e poder de escolher um ou mais assistentes de sua confiança.

A contratação dos professores era realizada através de provas que demonstrassem as capacidades físicas, morais e técnica do candidato. Os professores de Educação Física em geral eram admitidos mediante contrato que versava a não possibilidade de ingresso com idade superior a 35 anos, nem a permanência no exercício da função depois dos 40 anos de idade.

Em relação ao caráter sexista, estava explícita a diferenciação entre homens e mulheres quanto ao ensino da Ginástica Rítmica ministrado, pois somente as alunas realizavam a mesma. Além disso, os professores de Educação Física desenvolviam aulas para os meninos e as professoras para as meninas.

Conforme a Resolução nº 69, de 6 de novembro de 1969, do Conselho Federal de Educação (CFE), aprovou-se no Brasil o segundo modelo oficial de currículo para a formação dos profissionais da Educação Física. Esse modelo nacional de currículo se caracterizava por um bloco de matérias obrigatórias, subdivididas em básicas e profissionais que constituía o chamado currículo mínimo. Cada Instituição Superior de Educação Física teria a liberdade de complementá-lo de acordo com as características e necessidades de suas regiões. O curso passou a ter uma duração mínima de 1.800 horas/aula, ministradas, no mínimo, em três anos e, no máximo cinco anos.

---

<sup>3</sup> I- Anatomia e Fisiologia Humanas e Higiene Aplicada; II – Cinesiologia; III- Fisiologia Aplicada; IV- Fisioterapia; V- Metabologia; VI- Biometria; VII- Psicologia Aplicada; VIII- Traumatologia Desportiva e Socorros de Urgência; IX- Metodologia da Educação Física e do Treinamento Desportivo; X- História e Organização da Educação Física e dos Desportos; XI- Ginástica Rítmica; XII- Educação Física Geral (primeira cadeira); XIII- Educação Física Geral (segunda cadeira); XIV- Desportos Aquáticos; XV- Desportos Terrestres Individuais; XVI- Desportos Terrestres Coletivos; XVII- Desportos de Ataque e Defesa.

Nesse processo de mudança curricular, como reflexo da ditadura militar, a única matéria que não foi aprovada no Conselho Federal de Educação, apesar de ter sido consenso entre os professores de Educação Física e também apresentada no Parecer 8.94/69, como indispensável na formação educacional, foi a Sociologia.

Com a implementação da Resolução nº 03, de 16 de junho de 1987, do CFE, vivenciou-se na Educação Física uma relação pioneira de formação universitária, pois foi conferida às Instituições Superiores de Educação Física (ISEFs) total autonomia na composição curricular para a formação própria de um perfil profissional, a partir do momento em que se reinterpretou o previsto na Reforma Universitária de 1968.

O currículo mínimo passou a não ser mais concebido como um elenco de disciplinas obrigatórias e, sim, áreas do conhecimento, dentro das quais as matérias e disciplinas do currículo seriam definidas pelas ISEFs. A preocupação por uma formação do profissional de Educação Física generalista e humanista se configurou no grande mote daquela reformulação curricular, preconizada na Resolução 03/87. A carga horária mínima da Educação Física passou a ser de 2.880 horas-aula, com possibilidade de titulações em Licenciado em Educação Física e/ou Bacharel em Educação Física.

Com essa Resolução possibilitou-se a cada ISEF elaborar seu próprio currículo com ampla liberdade para ajustar-se, numa ótica realista, às peculiaridades regionais, ao seu contexto institucional e às características, interesses e necessidades de sua comunidade escolar, quer no plano docente, quer no discente.

Essa autonomia viria proporcionar uma adequada formação, que conciliaria a realidade regional de um mercado de trabalho fragmentado, no nível das estruturas da educação escolar e da não escolar, com a necessária preparação de um profissional que possuiria visão ampla da realidade social, política e econômica do País e consciente das reais possibilidades dos cidadãos e das cidadãs.

Quanto à estrutura curricular, os cursos de Educação Física passariam a compreender duas partes: Formação Geral e Aprofundamento de Conhecimentos.

Em 2002, surge o quarto modelo de currículo sob a égide de duas bases de orientações normativas que tratam, diferenciadamente, as integralidades e terminalidades da “licenciatura” sendo conhecida tecnicamente como Formação de Professores na Educação Básica (Resoluções nº 1 /2002 e nº 2/2002 do Conselho Nacional de Educação - CNE) e do “bacharelado” que, para evitar ser confundido na Europa com curso de ensino médio, passa a ser chamado oficialmente de Graduação na Educação Física (Resolução nº 7 / 2004 do CNE). Com isso, quebra-se a tradição da formação generalista e ampliada na Educação Física que, de maneira indistinta, formava o profissional para trabalhar no âmbito escolar quanto não escolar.

Esse modelo curricular previu, em sua Resolução 02/2002, uma carga horária de, no mínimo, 2.800 horas e, no mínimo, em três anos letivos, em que a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns: 400 horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; 400 horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso; 1800 horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural e 200 horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Já as diretrizes da Graduação da Educação Física, previstas na Resolução 07/2004, desafiam as instituições formadoras a organizarem seus currículos inspiradas na autonomia institucional; garantindo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; concebendo a graduação como formação inicial; promovendo a formação continuada; pautando a ética pessoal e profissional; estimulando a ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento; empreendendo a construção e gestão coletiva do projeto pedagógico; desenvolvendo a abordagem interdisciplinar do conhecimento; reconhecendo a indissociabilidade teoria-prática; e garantindo a articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

A partir de meados do século XIX, paralelamente à institucionalização da formação de professores e professoras, surgem as associações profissionais de professores formados, com caráter reivindicatório de melhoria do estatuto, do controle da profissão e definição de uma carreira.

Segundo o Ministério de Educação e Cultura - MEC atualmente no Brasil, existe aproximadamente quinhentos cursos de graduação em Educação Física. A maioria deles (70%) pertence à iniciativa privada e conforme dados da CAPES, são nove cursos de mestrado e cinco de doutorado, totalizando quatorze cursos reconhecidos (TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2005).

Neste momento histórico, esse contingente de instituições e pessoas está sujeito a adotar, implementar, reforçar, consolidar, mediar a consolidação de diretrizes e reestruturações curriculares que podem contribuir para a alienação humana.

De acordo com Taffarel e Santos Júnior (2005), o estabelecimento de novas diretrizes e a reestruturação curricular para a graduação foram uma das principais estratégias da política educacional de Fernando Henrique Cardoso para adequar a formação de profissionais de nível superior à “nova ordem mundial” exigida pelos interesses imperialistas.

Atualmente, enfrentam-se estratégias de desqualificação dos professores em geral, pelos baixos salários, péssimas condições de ensino, pela política destrutiva de formação docente, pela ausência de políticas de capacitação permanente assegurada e, em especial, pela desqualificação do professor de Educação Física, contraditoriamente, em seu processo de formação inicial, instituindo-se diretrizes que

fragmentam e dividem o curso e não superam problemas epistemológicos e curriculares que comprometem a formação acadêmica. (TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2005).

Portanto, segundo os autores citados, o que está posto na área de Educação Física decorre da estrutura econômica da sociedade, uma vez que, como área de formação profissional, campo de produção do conhecimento, campo de vivências e experiências culturais, não pode ser vista fora da tendência destrutiva do atual modo de produção da vida.

Assim, também os estudos no campo curricular deixam evidente a necessidade imperiosa de reestruturação dos currículos na perspectiva de superar a visão mecanicista, dualista, cartesiana de homem explicitada por uma visão fragmentada, diluída, disciplinar no trato com os conhecimentos, garantindo, assim, uma visão de totalidade e de conjunto, consolidando uma consistente base teórica, o que não ocorre sem o adequado tratamento da ciência, na formação inicial e continuada, com base na organização do trabalho interdisciplinar.

Como parte dos processos de revisão das matrizes orientadoras da formação, a produção histórica da área da Educação Física, Esporte e Lazer, nas questões concernentes à prática pedagógica, currículo, produção do conhecimento, formação de professores e políticas públicas vem ganhando ênfase nos programas de graduação e pós-graduação no Brasil, incentivando a formação de grupos de estudos e pesquisa. Tais estudos apontam a constituição da História como uma matriz científica que estabelece referência de unidade entre os professores e pesquisadores, tanto para a investigação quanto para o ensino.

### **Diretrizes Nacionais para a Educação Física**

As diretrizes curriculares constituem orientações para a elaboração dos currículos que devem ser, necessariamente, adotadas por todas as instituições de ensino superior. Segundo o MEC, dentro da perspectiva de assegurar a flexibilidade, a diversidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, as diretrizes devem estimular o abandono das concepções antigas e herméticas das grades curriculares, de atuarem, muitas vezes, como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, e garantir uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional (Lei 9.394/96 Parecer CNE/CES nº 776/97).

Seu objetivo é levar os alunos a **aprender a aprender**, que engloba, **aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer**, garantindo a capacitação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado aos indivíduos, famílias e comunidades.

A Educação Física é caracterizada como uma área de estudo, elemento educacional e campo profissional caracterizados pela análise, ensino e aplicação do conjunto de conhecimentos sobre o movimento humano intencional e consciente, nas suas dimensões biológica, comportamental, sócio-cultural e corporeidade.

É também considerada como um campo de intervenção profissional que, por meio de diferentes manifestações e expressões da atividade física/movimento humano/motricidade humana (tematizadas na ginástica, no esporte, no jogo, na dança, na luta, nas artes marciais, no exercício físico, na musculação, na brincadeira popular bem como em outras manifestações da expressão corporal) presta serviços à sociedade caracterizando-se pela disseminação e aplicação do conhecimento sobre a atividade física, técnicas e habilidades buscando viabilizar aos usuários ou beneficiários o desenvolvimento da consciência corporal, possibilidades e potencialidades de movimento visando à realização de objetivos educacionais, de saúde, de prática esportiva e expressão corporal.

As diferentes práticas sociais atribuídas ao campo de ação da área são: o jogo, o esporte, a ginástica, a musculação, a dança, a ergonomia, as lutas, as artes marciais, a recreação, o lazer e a reabilitação.

O graduado em Educação Física deve possuir formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, qualificado para o exercício profissional com base no rigor científico e intelectual e pautado no princípio ético. Deverá ser formado para estudar, pesquisar, esclarecer e intervir profissional e academicamente no contexto específico e histórico-cultural, a partir de conhecimentos de natureza técnica, científica e cultural de modo a atender as diferentes manifestações e expressões da Atividade Física/Movimento Humano. Deverá estar capacitado a atuar na Educação Básica e na Educação Profissional.

O campo de atuação do profissional de Educação Física é pleno nos serviços à sociedade, nas suas diversas formas de manifestações no âmbito da cultura e do movimento humano intencional, através das atividades físicas, esportivas e similares, sejam elas formais e não formais tais como (ginástica, esporte, jogos, danças, lutas, artes marciais, exercícios físicos, musculação entre tantas outras). Este campo é delimitado pela capacidade profissional de coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas, do desporto e similares.

As competências gerais estabelecidas pelas diretrizes aos graduados são: atenção à saúde; atenção à educação; tomada de decisões; comunicação, liderança, planejamento, supervisão, e gerenciamento; e educação continuada.

A mesma também oferece competências e habilidades específicas, técnico-científicas, ético-políticas, sócio-educativas para o graduado em Educação Física.

Os conteúdos curriculares dos cursos de Educação Física serão guiados pelo critério da orientação científica, da integração teoria e prática e do conhecimento do homem e sua corporeidade, da cultura, da sociedade e da natureza e as possibilidades de interação desses conceitos que permitam a intervenção profissional. Eles deverão possibilitar uma formação abrangente para a competência profissional de um trabalho com seres humanos em contextos histórico-sociais específicos, promovendo um contínuo diálogo entre as áreas de conhecimento científico e as especificidades da Educação Física.

Devem contemplar: Conhecimentos Biodinâmicos da Atividade Física/Movimento Humano (morfológicos, fisiológicos e biomecânicos); Conhecimentos Comportamentais da Atividade Física/Movimento Humano (mecanismos e processos de desenvolvimento motriz, aquisição de habilidades e de fatores psicológicos); Conhecimentos Sócio-Antropológicos da Atividade Física/Movimento Humano (filosófico, antropológico, sociológico e histórico que enfocam aspectos éticos, estéticos, culturais e epistemológicos); Conhecimentos Científico-Tecnológicos (técnicas de estudo e de pesquisa); Conhecimentos Pedagógicos (princípios gerais e específicos de gestão e organização das diversas possibilidades de intervenções do profissional no campo de trabalho e de formação); Conhecimentos Técnico-Funcionais Aplicados (teóricos e metodológicos aplicados ao desempenho humano identificado com as diferentes manifestações da Atividade Física/Movimento Humano/Motricidade Humana); Conhecimentos sobre a Cultura das Atividades Físicas/Movimento Humano (diferentes manifestações da cultura das atividades físicas nas suas formas de jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas, lazer, recreação e outros) e Conhecimentos sobre Equipamentos e Materiais (diferentes equipamentos e materiais e suas possibilidades de utilização na ação pedagógica e técnico científica com as manifestações de Atividade Física/Movimento Humano).

No que se refere aos Estágios Curriculares, a lei estabelece que a Formação do Profissional de Educação Física deverá garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente. As Práticas Pedagógicas compreendem uma práxis que objetiva a melhoria do desenvolvimento e amadurecimento pessoal do aluno, bem como a sensibilização para as atividades profissionais da área. Estas práticas deverão ser inseridas nos conteúdos curriculares, desenvolvidas ao longo do curso e terão a carga horária fixada com base em Parecer/Resolução específica da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

O Estágio Profissional Supervisionado constitui um processo de transição profissional, que procura ligar duas lógicas (educação e trabalho) e que proporciona ao estudante a oportunidade de demonstrar conhecimentos e habilidades adquiridas e também treinar as competências que já detém sob a supervisão de um profissional da área. As atividades de estágio profissional supervisionado serão realizadas no final do curso.

As atividades complementares deverão ser incrementadas durante todo o Curso de Graduação em Educação Física e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância. Podem ser reconhecidos: Monitorias e Estágios; Programas de Iniciação Científica; Programas de Extensão; Estudos Complementares; Cursos realizados em áreas afins.

Para conclusão do curso de graduação em Educação Física, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente.

### **Discutindo a formação profissional**

A partir da análise, tanto dos documentos oficiais, quanto dos discursos relacionados com a formação, percebemos uma diminuição da função do professor, transformado num mero reprodutor de informações devido, dentre outros aspectos às questões relativas às finalidades político-sociais da educação e do ensino.

Verificamos que o processo de formação é fundamental na construção do professor e no exercício de suas próprias atitudes e ações, considerando o caráter político do trabalho docente, a articulação entre teoria e prática, o trabalho coletivo e a consciência do caráter subjetivo e social da docência.

A criação da licença implementada pelo Estado com o intuito de legalizar a função dos professores foi um marco decisivo para a área escolar, visto que, possibilitou a atuação, na área de Educação Física, de professores capacitados impedindo, assim, a presença de leigos neste processo. Apesar disso, a presença da Educação Física nas escolas não foi suficiente para legitimar sua prática pedagógica, uma vez que havia poucos professores e muita resistência da elite dominante.

Percebemos que houve mudanças significativas na formação profissional da Educação Física, uma vez que inicialmente o licenciado era formado em 2 anos, o normalista especializado em Educação Física, o técnico desportivo, o treinador e massagista desportivo e o médico especializava em Educação Física e Desportos em 1 ano e o currículo se resumia ao cumprimento das disciplinas específicas de cada curso.

Com a Resolução nº 69, de 6 de novembro de 1969, do Conselho Federal de Educação (CFE), adota-se um novo modelo de currículo para a formação dos profissionais da Educação Física, de no mínimo, três anos e, no máximo cinco.

Outro marco para essa área se deu pela implementação da Resolução nº 03, de 16 de junho de 1987, do CFE, que permitia às Instituições Superiores de Educação Física (ISEFs) comporem seu próprio currículo conforme suas peculiaridades regionais, seu contexto institucional e suas características, interesses e necessidades de sua comunidade escolar.

A partir disso, extinguiu o currículo mínimo e orientou a organização do currículo pleno, por campos de conhecimento proporcionando dois tipos de titulação: a licenciatura e o bacharelado.

Em 2002, surge o quarto modelo de currículo com uma formação geral na Educação Básica de acordo com a Resolução nº 1 /2002 e nº 2/2002 do CNE e pelo aprofundamento de conhecimentos com a Graduação na Educação Física pela Resolução nº 7/2004 do CNE. Diante disso, houve um rompimento na tradição generalista e ampliada que possibilitava ao profissional trabalhar tanto no âmbito escolar quanto não escolar.

Verificamos que essas mudanças possibilitaram aos profissionais participarem diretamente com as situações cotidianas tendo a oportunidade de vivenciar os diferentes acontecimentos nesta área, como escolher a formação em licenciatura ou bacharelado.

Diante disso, surgem vários questionamentos a respeito dessa fragmentação curricular, uma vez que esta direciona o graduado a uma escolha profissional restrita. Sendo assim, esse processo é complexo e polêmico, visto que, fragmentar o conteúdo restringe o conhecimento aos limites de cada campo de atuação, produzindo assim dois currículos diferentes, mas que deveriam estar interligados e indissociáveis.

Além destes, existe a dificuldade dos ingressantes e graduandos decidirem o caminho a ser seguido, pois, especialmente o primeiro, possui pouco conhecimento e nenhuma experiência para tal decisão. Mesmo que os alunos ao final do curso já tenham uma certa vivência, torna-se difícil optar pelo fato de não ter segurança quanto à área de atuação devido ao surgimento de futuras oportunidades.

Contudo, percebemos que há um distanciamento dos graduandos em relação a esse assunto, pois o acesso às informações é sempre restrito a pequenos grupos, deixando a grande maioria dos alunos alheios às transformações ocorridas no curso. A título de exemplo, citamos a Faculdade de Educação Física – FAEFI/UFU que está em processo de reformulação do currículo, visto que, no ano de 2005 promoveu-se uma votação entre os dois projetos (bacharelado e licenciatura), sendo que o bacharelado foi o mais votado pelos professores e alunos dessa instituição.

Porém, não houve uma ampla divulgação das informações, ou mesmo das chamadas para as assembleias antes da votação. Conseqüentemente, a minoria dos alunos participou, apesar de podermos constatar que muitos não demonstraram nenhum interesse e nem se viram atingidos pelas mudanças porque julgaram-nas pertinentes apenas aos futuros alunos.

### Considerações Finais

O processo de elaboração deste estudo nos proporcionou o aprofundamento do conhecimento sobre o assunto escolhido, além de estimular reflexões, críticas e comparações com a realidade acadêmica. Contribuiu para compreendermos o processo de reformulação curricular do curso de Educação Física e as possíveis conseqüências desta mudança para os futuros profissionais da área, uma vez que as informações foram insuficientes para entender e questionar o processo em questão.

Estimamos que este estudo ofereça oportunidades de discussões, socializando-as em outros espaços e refletindo-as com outros profissionais, ampliando as referências a respeito dessa formação. Além do mais, temos a expectativa que este incentive a busca de outros meios que abordem esse tema a fim de conhecer diferentes concepções e visões, bem como dar oportunidades de refletir sobre o conteúdo induzindo a formação de opiniões próprias.

Nesse sentido, acredita-se que a atuação profissional da Educação Física está inserida num contexto que aponta um terreno fértil para nossa formação, pois apresenta uma grande variedade de opções de trabalho.

Entretanto, com a reformulação curricular e limitação de escolha há possibilidade de saturação no mercado de trabalho acarretando alguns problemas como, demasiada escolha em um determinado campo e escassez em outro. Isso se deve ao fato de uma área oferecer maior reconhecimento e retorno financeiro justificando o interesse e a procura dos profissionais em tal área.

Contudo, os profissionais formados em Licenciatura Plena, que não foram atingidos diretamente por esse processo, também podem enfrentar desafios na sua carreira profissional, uma vez que concorrerão com um profissional mais especializado em determinada área. Porém, podem-se constatar benefícios para estes profissionais, visto que sua formação permite flexibilidade nos dois campos de atuação.

Finalmente, verificamos que a Educação Física está materializada em diferentes práticas, em diversos contextos institucionais, profissionais, acadêmicos podendo, portanto, ser também identificada por variados objetos de conhecimento, que se apresentam como campos em disputa. Nesse sentido, uma vez que se promoveu a fragmentação do próprio campo de atuação, isto se reflete no debate entre Licenciatura e Bacharelado, aspecto que, em última instância diferencia o espaço de intervenção do professor a partir, unicamente das possibilidades do mercado de trabalho. Porém, essa divisão pode anular determinados princípios ligados à idéia defendida hoje de que a formação é algo que se constrói ao longo da vida, não permitindo ao profissional, conhecer e atuar nas duas áreas, ou seja, não ter oportunidades de mobilização e construção de identidade à luz das práticas sociais nelas contidas.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. MEC/ CNE. Resolução nº 3 de 16 de junho de 1987. **Dispõe sobre os mínimos de conteúdos e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física** (bacharelado e/ou licenciatura).

BRASIL. MEC/ CNE. Lei 9.394/96 Parecer CNE/CES nº 776/97 – **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces058.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2006.

BRASIL. MEC/ CNE. Parecer nº 58 de 18 de fevereiro de 2004 – **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces058.pdf>>. Acesso em 18 jan.2006.

BRASIL. MEC/ CNE. Resolução nº 7, de 31 de março de 2004 – **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES07-04.pdf>> . Acesso em 18 jan.2006.

BRASIL. MEC/ CNE. Resolução nº 7 / 2004 - **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=79&Itemid=227>> . Acesso em 20 mar.2006.

MARINHO, I. P. Nova denominação para o professor de Educação Física – Educação Física: uma expressão inadequada. In: GOELLNER, S. V. (Org.). **Inezil Penna Marinho**: coletânea de textos. Porto Alegre: Núcleo de editoração e criação gráfica UFRGS, 2005. p.75 - 93.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, LTD. 3. ed. 1997. 157p.

PEREIRA FILHO, E. Educação Física: limites da formação e exercício profissional. In: FIGUEIREDO, Z. (Org.). **Formação Profissional em Educação Física e Mundo do Trabalho**. Vitória/ES: Gráfica da Faculdade Salesiana de Vitória, 2005. p.47 - 69.

TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR. Nexos e determinações entre formação de professores de Educação Física e diretrizes curriculares: competências para quê?. In: FIGUEIREDO, Z. (Org.). **Formação Profissional em Educação Física e Mundo do Trabalho**. Vitória/ES: Gráfica da Faculdade Salesiana de Vitória, 2005. p.111-136.